

Bancos estrangeiros fazem críticas

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

O projeto de conversão de parte dos juros da dívida externa em investimento de risco no País, aprovado na terça-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), não foi recebido com irrestrita simpatia pelos bancos estrangeiros representados no Brasil.

"O programa não é operacional", afirma o principal executivo de um dos maiores credores brasileiros que sintetizou a opinião de profissionais de outros bancos. Apesar das reservas com as regras de conversão, a insistência bem-sucedida do Ministério da Fazenda e do Banco Central em obter sua aprovação foi comemorada, pois revela que as autoridades monetárias estão interessadas em avançar no diálogo com os credores.

Alguns executivos, que preferiram não se identificar exatamente porque o País está em plena negociação de sua dívida, observaram que o fato de o pro-

jeto estar calcado sobre bônus acaba amarrando a conversão na medida em que esses papéis estão atrelados à negociação da dívida. "Se os bônus são desejados de forma inaceitável, não haverá conversão", assegura um banqueiro norte-americano.

PREOCUPAÇÕES

A conversão é relativamente simples na sua for-

mulação quando comparada à de outros países, lembram os executivos. Eles ponderam, contudo, que as preocupações da comunidade internacional vão além dessa óptica. A aplicação compulsória de 50% da dívida convertida em projetos no Norte e Nordeste não foi bem vista.

Preocupa também a Constituinte e a intenção

confessada da equipe econômica de aumentar a carga tributária sobre pessoas jurídicas. "Há seis meses, este projeto seria mais bem recebido", garante o representante de um grande banco americano. Segundo ele, o apetite pela conversão diminuiu muito nos últimos meses com a própria indefinição econômica e política do País.

"A pergunta que deve ser feita", diz o banqueiro, "não é sobre o grau de aceitação do projeto e sim do grau de interesse em investir no País num momento em que não se sabem exatamente quais serão as regras impostas para o capital estrangeiro na economia."

Os bancos estrangeiros, especificamente, revelavam outras dúvidas ontem, após a publicação da Resolução nº 1.416 sobre as normas da conversão. As questões mais urgentes são as seguintes: como o Banco Central pretende conduzir o leilão?, ele será livre ou serão estabelecidos lances mínimos quanto a valores na taxa de desconto dos bônus?

BANCOS NACIONAIS

Os banqueiros nacionais também receberam com algumas reservas o projeto.

Juarez Soares, vice-presidente do Banco Real, não escondeu sua decepção.

"O projeto é muito burocrático. É difícil uma empresa se sujeitar a tantas regras para investir no Brasil. Além disso, não adianta obrigar alguém a montar uma fábrica no Vale do Jequitinhonha, pois todo mundo sabe que o necessário é viabilizar o crescimento do País para o desenvolvimento chegar até lá naturalmente", explicou.

O fator insegurança não pode ser desprezado na opinião de Juarez Soares. Ele lembra que a situação política é difícil, que ninguém sabe quem vai ser o

próximo presidente da mesma forma como também não se sabe exatamente qual será a regra definida na Constituinte para o capital estrangeiro.

Para o vice-presidente do Real, quem já está no Brasil pode até vir a ter interesse em participar da conversão, mas investidores novos dificilmente se arriscarão neste momento.

Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), considera que o projeto poderia ser menos restritivo, porque na verdade todo projeto com espírito nacional tende a ser mais rigoroso, mais severo em suas regras.

"Eu receio que o País fique com um projeto bonito na mão, que acoberte de mais os interesses nacionais e acabe inibindo os investimentos. Não adianta criar um jogo extraordinário com regras fantásticas e ninguém se dispõe a jogá-lo", finalizou.

"MAIS LIBERAL"

Roberto Konder Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), concorda que o projeto de conversão poderia ser mais liberal, mas reconhece que o projeto aprovado era o único possível neste momento. "É importante porque representa um gesto do Brasil no sentido de transformar o credor em sócio e possivelmente, reintroduzir o País no mercado financeiro internacional."